

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.212 - GO (2019/0284576-7)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : GUSTAVO NEVES DOS SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de GUSTAVO NEVES DOS SANTOS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

O acórdão do Tribunal *a quo* que denegou o *writ* de origem está assim ementado (fl. 114):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS EM RECINTO DURANTE ESPETÁCULO OU DIVERSÕES DE QUALQUER NATUREZA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

CONSTRANGIMENTO INEXISTENTE. O excesso de prazo na instrução criminal não é absoluto, não resultando de simples operação aritmética, dependendo das peculiaridades do caso concreto. Assim, o aventado constrangimento ilegal, não se revela com a nitidez necessária, tendo em vista que se trata, o caso, de feito que apresenta certa complexidade, com várias testemunhas e dois réus, houve também a contribuição da defesa técnica para a delonga, uma vez que apresentou defesa prévia depois de mais de 30 (trinta) dias da notificação do paciente, fatos estes que certamente impediram fosse dispensada maior celeridade à causa, sendo aplicável o princípio da razoabilidade, sobretudo, quando o término da instrução já se avizinha, diante da designação de data próxima para realização da audiência de instrução e julgamento.

ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

O paciente foi preso em flagrante como incurso no art. 33, *caput*, c/c art. 40, III, ambos da Lei nº 11.343/2016.

Liminarmente, requer o relaxamento da prisão preventiva, aplicando, se for o caso, medidas cautelares diversas da prisão. No mérito, busca a concessão em definitivo da ordem, para que o recorrente responda em liberdade a todos os atos do processo. Alega excesso de prazo da prisão cautelar, visto estar o recorrente encarcerado desde sua prisão em flagrante, sem ter sido iniciada a instrução processual.

Indeferida a liminar (fls. 148-149) e prestadas as informações (fls. 155-170), manifestou-se o *Parquet* pela denegação da ordem (fls. 172-176).

Consoante informações prestadas pela 2ª Vara Criminal da Comarca de

# *Superior Tribunal de Justiça*

Aparecida de Goiânia, foi expedido alvará de soltura em favor do paciente em 15/10/2019, em decisão cuja cópia foi acostada aos autos às fls. 178-183.

Deste modo, não há como negar a perda superveniente do objeto da impetração.

Ante o exposto, julgo prejudicado o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator